



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO: Comitê de Gestão Documental e Memória da Justiça do Trabalho - CGDMJT

NORMATIVO DE CRIAÇÃO: [RESOLUÇÃO Nº 322, de 11 de fevereiro de 2022](#)

Reunião do CGDMJT de 2023

Local	Data	Hora	Sequência
Videoconferência via Google meet	23/2/2023	14h30 - 15h30	1ª Reunião de 2023

PAUTA DA REUNIÃO

1. Atualização do MoReq-Jus - Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário brasileiro

- 1.1 Trabalhos Realizados no âmbito do CSJT para a revisão do MoReq-Jus;
- 1.2 Participação do CGDMJT na consulta pública de atualização do MoReq-Jus.

2. Atualização das Tabelas Processuais Unificadas - TPU

- 2.1 Encaminhamentos e participação do CGDMJT na atualização da TPUs.

3. Análise normativa do projeto de criação de solução que interligará o módulo de digitalização ao RDC-Arq

- 3.1 Divisão dos trabalhos da análise normativa relacionada à digitalização de documentos.

4. Capacitação e eventos nas áreas de Gestão Documental e Memória para o ano de 2023

- 4.1 Informes sobre os cursos que serão disponibilizados pelo CSJT relacionados às áreas de Gestão Documental e Memória;
- 4.2 Informes sobre o III Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário.

O Coordenador do Comitê de Gestão Documental e Memória da Justiça do Trabalho - CGDMJT, Villermundo Ribeiro dos Santos, iniciou a reunião às 14h e 10 min



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

e, após cumprimentar os membros do Colegiado, deu início ao debate dos temas do encontro.

ATA DA REUNIÃO

1. Atualização do MoReq-Jus - Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Judiciário brasileiro

O Coordenador Villermundo Ribeiro informou que a CDOCM está realizando um trabalho com a coparticipação da SETIC (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação/CSJT) sendo ele e o Thiago Mota (CSJT) os responsáveis pela análise da parte correspondente à gestão documental e a SETIC responsável pela Tecnologia da Informação. O trabalho foi demandado pelo Sr. Secretário-Geral do CSJT, visando responder à consulta pública aberta pelo Conselho Nacional de Justiça no que tange à atualização do Moreq-Jus instituído pela Resolução CNJ nº 91/2009.

Foi dito que o CGDMJT pode colaborar com esse trabalho realizado no âmbito do CSJT, com a finalidade de responder à consulta pública de forma unificada. Assim, foram criados três documentos para que os membros do colegiado contribuam com a análise dos requisitos do Moreq-Jus. O objetivo é enviar as colaborações para alteração MoReq-Jus por meio do CSJT.

Foi estipulado o prazo para análise e preenchimento das tabelas até 2 de março de 2023. A sugestão de um prazo curto foi porque os documentos serão compilados e incluídos no processo administrativo que trata do assunto no CSJT para o posterior envio de resposta da consulta pública ao CNJ.

Eduardo Rocha (TRT 2), ressaltou a dificuldade em relação ao prazo de entrega por motivo de estar trabalhando paralelamente em outros projetos, porém Joana Correia (TRT 10) trouxe para conhecimento de todos uma ocasião passada em que o prazo estipulado pelo CNJ não foi possível ser prorrogado, observação esta reafirmada por Wilson Pinheiro (TST).

Por fim, o prazo para a análise por parte do CGDMJT foi definido para até 2 de março de 2023, em razão da data final para entrega do trabalho à Secretaria-Geral do CSJT ser 3 de março de 2023. Os documentos necessários para a análise foram disponibilizados no decorrer da reunião e a proposta da divisão ficou acordada pelos presentes.

Deliberação:

O Comitê delibera para que os seus membros analisem, de forma distribuída por capítulos, os requisitos contidos na proposta de atualização do Moreq-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Jus e apresentem o resultado desse trabalho perante o respectivo Coordenador, até 2 de março de 2023, para que, em 3 de março de 2023, a Coordenadoria de Gestão Documental e Memória do CSJT possa submeter esse trabalho à Secretaria-Geral do CSJT, visando responder à consulta pública disponibilizada pelo CNJ, até 10 de março de 2023.

2. Atualização das Tabelas Processuais Unificadas - TPU

O Coordenador Villermundo Ribeiro iniciou o tópico enfatizando a revisão das tabelas que está sendo feita por magistrados que compõem o Proname, abrangendo todo o Poder Judiciário. Para tanto, informou que as Coordenadorias de Gestão Documental e Memória do CSJT e do TST estão fazendo a revisão do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade referente especificamente à Justiça do Trabalho, visando subsidiar a Dr.^a Anita Lubbe, Juíza do Trabalho do TRT da 4^a Região, que tem representado a Justiça do Trabalho nesse trabalho de atualização dentro do Proname.

O Coordenador do Comitê também enfatizou a coparticipação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do TRT da 4^a Região nesse trabalho de revisão. Thiago Mota (CSJT) apresentou o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade da Justiça do Trabalho durante a reunião e forneceu detalhes sobre a operacionalização e sobre o andamento do trabalho, abrindo espaço para possíveis alterações e sugestões por parte do Comitê em relação aos prazos de guarda e classes documentais.

O objetivo é de compilar as tabelas dos TST/CSJT, dos órgãos de 1^o e 2^o graus da Justiça Trabalhista, bem como do CNJ, de modo a propiciar um eficiente controle da documentação com o devido estabelecimento de prazos atinentes ao arquivamento dos processos.

O prazo definido para a entrega da análise foi até o dia 28 de fevereiro de 2023, e as tabelas apresentadas foram disponibilizadas para os membros presentes na reunião.

O Coordenador do Comitê fundamentou o tópico com os seguintes normativos: Resolução CSJT n^o 67, de 30 de abril de 2010, Resolução CSJT n^o 142, de 26 de setembro de 2014 e o ATO SEGJUD.GP n^o 61, de 23 de fevereiro de 2018, informando que a proposta a ser apresentada à Administração do CSJT será a de unificação das tabelas temporalidades.

https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/7230/2010_res0067_csjt_rep01.pdf?sequence=5&isAllowed=y

https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/50329/2014_res0142_csjt..pdf?sequence=6&isAllowed=y

https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/125650/2018_ato0061.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Deliberação:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O Comitê delibera para que os seus membros analisem integralmente a tabela compilada mostrada durante reunião, no que se refere às classes, fundamentos e temporalidades propostas, apresentando o resultado perante o respectivo Coordenador até 28 de fevereiro de 2023.

3. Análise normativa do projeto de criação de solução que interligará o módulo de digitalização ao RDC-Arq

O Coordenador Villermundo Ribeiro citou que o projeto do RDC-Arq para toda a Justiça do Trabalho continua sendo feito pelo TRT da 4ª Região em parceria com o IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), sob o gerenciamento do CSJT.

Na oportunidade, ressaltou que estão sendo realizadas reuniões periódicas entre CSJT, TST, TRT da 4ª Região e que o andamento desse trabalho será periodicamente compartilhado entre os membros do CGDMJT.

Maurício Agliardi (TRT 4) apresentou o projeto de normatização da digitalização de documentos a serem inseridos no RDC-Arq e sugeriu que os membros analisassem as sugestões apresentadas nas abas "Metadados", "Qualidade de imagem" e "Formatos", para que haja a conformidade, alteração ou acréscimo de dados e, assim, seja feita a validação por parte das áreas de gestão documental dos Tribunais para que o projeto atenda à necessidade da Justiça do Trabalho.

Deliberação:

O Comitê delibera para que os seus membros analisem o projeto de normatização de digitalização de documentos a serem utilizados no RDC-Arq que vem sendo desenvolvido para a Justiça do Trabalho e entreguem o resultado ao respectivo Coordenador, até 9 de março de 2023, com sugestões e críticas.

4. Capacitação e eventos nas áreas de Gestão Documental e Memória para o ano de 2023

Maurício Agliardi (TRT 4) comunicou que, no dia 1º de março de 2023, será realizada a transmissão ao vivo do lançamento oficial para início das inscrições para participação no III Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário que será sediado em Porto Alegre no mês de maio de 2023 e que as vagas serão abertas para os Tribunais e universidades. Citou ainda que tem trabalhado a divulgação de forma ampla, com o objetivo de que haja grande adesão ao evento.

Além desse evento, o Coordenador Villermundo Ribeiro apresentou três cursos previstos para serem disponibilizados pelo CSJT durante o exercício de 2023, enfatizando a importância de participação por partes de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

integrantes das áreas de Gestão Documental e Memória dos TRTs.

Os três cursos são:

- "Políticas de Gestão Documental e Memória", a ser ministrado pelo instrutor Leonardo Neves Moreira, que no passado atuou no TST e no CSJT, sendo conhecedor da realidade da Justiça do Trabalho;
- "Prática de Gestão de Memória", a ser ministrado pelo professor Luiz Fernando Duarte, aposentado pelo TST, com atuação no CSJT e também conhecedor da realidade da Justiça do Trabalho. A ação está prevista para ser ministrada após a Semana de Memória de 2023;
- "Classificação e Avaliação Documental na Prática Arquivística da Justiça do Trabalho", cujo professor será ainda definido e está previsto para o segundo semestre de 2023.

Na oportunidade, Joana Angélica (TRT 10) sugeriu que, no CSJT, fosse verificada a possibilidade de aumentar as vagas dos cursos citados, de modo a ampliar a capacitação nas áreas de Gestão Documental e Memória dos Tribunais, e propôs que os cursos ministrados pelo CSJT ficassem armazenados em ambiente de EAD, de modo a viabilizar o acesso a mais participantes, especialmente futuros novos servidores que vierem a trabalhar com esses temas dentro dos órgãos da Justiça do Trabalho.

Deliberação:

Embora o tópico tenha trazido conteúdo informativo, sem necessidade de deliberação do Comitê, o Coordenador Villermardo mencionou que entrará em contato com os responsáveis pela organização dos cursos no CSJT para transmitir as propostas realizadas por Joana Angélica (TRT 10), que tiveram apoio dos demais membros do Colegiado.

5. Outros assuntos.

Não há.

Participaram da reunião

Villermardo Ribeiro dos Santos - Coordenador do CGDMJT - CSJT (presente)

Thiago Mota Sousa - substituto do Coordenador do CGDMJT - CSJT (presente)

Ana Lúcia da Silva do Carmo - TRT da 3ª Região (presente)

Cristina Paula Pera - TRT da 15ª Região (presente)

Eduardo dos Santos Rocha - TRT da 2ª Região (presente)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Emerson Carlos da Silva - TRT da 21ª Região (presente)

Joana Angélica Correia da Silva - TRT da 10ª Região (presente)

Justina Maria de Sousa Soares Gonçalves - TRT da 22ª Região (ausente por motivo de outro compromisso institucional)

Maria Aparecida Carvalhais Cunha - TRT da 3ª Região (presente)

Mauricio Oliveira Agliardi - - TRT da 4ª Região (presente)

Raimunda Brito Pedraça - TRT da 14ª Região (presente)

Reginaldo Pereira de Matos - TST (ausente por motivo de outro compromisso institucional)

Thais Martins Lepesteur - TRT da 15ª Região (presente)

Wilson Pinheiro de Araújo - TST (presente)